

Seminário: Censos 2001

“Aspectos económicos e sociais da população nos Censos 2001”

Jorge Carvalho Arroiteia
Universidade de Aveiro

A publicação dos dados relativos ao recenseamento de 2001 permite-nos, mais uma vez, a realização de um encontro de reflexão sobre o estado da população portuguesa no início deste novo século. Um encontro que não se fica por uma mera reunião de especialistas interessados na exploração estatística dos levantamentos da população mas sim uma reflexão mais aprofundada sobre a evolução e as perspectivas demográficas da população portuguesa.

Solicitaram-me uma breve comunicação sobre os aspectos económicos e sociais da nossa população. Tendo presente os resultados conhecidos do recenseamento de 2001 fá-lo-ei com gosto embora contrafeito pela inevitável ausência de profundidade que um texto desta natureza acaba por obrigar. Reportar-me-ei por isso a alguns dados ora divulgados mais para sugerir outro tipo de abordagem e de análise detalhadas do que para enumerar uma vastidão de valores que os resultados ora divulgados nos permitem trabalhar.

Foi referido que entre 1991 e 2001 a população portuguesa sofreu um aumento de menos de 5%. Aumento que não sendo exacerbado indicia uma tendência para uma evolução moderada dos nossos habitantes no decurso das próximas décadas. Crescimento que não sendo homogéneo no território nos deixa algumas preocupações que passamos a referir:

- crescemos pouco;
- envelhecemos a um ritmo demográfico forte;
- acolhemos cada vez mais imigrantes;
- registámos alterações muito sensíveis nos sistemas de emprego;
- mantemos uma evolução acentuada no sentido de uma profunda mudança sócio-cultural que sugere novas e ainda profundas alterações demográficas;
- continuamos portugueses mas à semelhança do que já sucede noutros países europeus iniciámos já um processo lento mas visível de decréscimo da população autóctone.

A apreciação dos valores do censo de 2001 permite-nos ainda tirar outras conclusões:

- mantemos uma tendência crescente para a feminização da nossa sociedade: 51.7% de mulheres e 48.3% de homens, o que confere uma relação de masculinidade de 93.3%. Indicadores macro que deixam já marcas profundas em algumas regiões do país;
- reduzimos a nossa percentagem de jovens: cerca de 30% da nossa população tem menos de 24 anos; 16.45% mais de 65 anos;
- a substituição das nossas gerações deixou de estar assegurada. Tal significa que à redução da população autóctone acresce o peso social de uma geração envelhecida que necessita de cuidados médicos e sociais e carece de um conjunto de prestações assistenciais que vão pesar sobre todos nós e sobretudo sobre a classe dos activos.

Mas neste caso as perspectivas também não são demasiado animadoras:

- o grupo de adultos jovens entre os 15 e os 24 anos reduziu-se entre 1991 e 2001 de 8.1%;
- pelo contrário aumentou a população entre os 25 e os 64 anos, aumento da ordem dos 11.8%.

Estamos perante novos cenários demográficos que nos deixam alguma preocupação. Pouco podemos alterar. Contudo temos de acolher esta situação com realismo e aceitar que as novas alterações demográficas vão pesar sobre os novos cenários e perspectivas de desenvolvimento sócio-económico do nosso país.

É certo que o mercado de emprego tende a reduzir-se. Daí o podermos aceitar com satisfação o recuo da população activa jovem. Mas mesmo no contexto da crise generalizada dos sistemas de emprego, da evolução tecnológica constante e da abertura das fronteiras como vamos reagir a este agravamento da população adulta e envelhecida? Respostas que ficam em aberto na expectativa de soluções macro-económicas globais e sobretudo medidas orientadas para certos sectores de actividade. Resposta que exige, igualmente, uma reflexão sobre o devir da nossa sociedade e dos cenários demográficos que se avinham nomeadamente os que decorrem do acréscimo da imigração estrangeira em Portugal.

Em 2001 mais de 226.7 milhares de estrangeiros residiam em Portugal. Havendo uma relação de masculinidade de 118.8% e uma percentagem de 62.0% de indivíduos com idade superior aos 25 anos podemos identificar esta presença como um exemplo típico das migrações laborais ou de trabalho específicas dos nossos dias. A confirmá-lo está a idade média desta população, de cerca de 33 anos no seu conjunto.

Estes valores confirmam-nos a importância da imigração económica e a sua relevância no contexto das actividades produtivas do país.

Porque nos inserimos no contexto da Europa comunitária importa ainda assinalar como a presença da população da Europa do Leste se tornou relevante no conjunto destes imigrantes.

A reflexão em torno dos aspectos económicos e sociais da população portuguesa poderia sugerir uma análise detalhada das situações acima referidas a nível das diferentes regiões do país. Dada a natureza desta comunicação parece-nos ser de destacar apenas que os dados assinalados não têm uma representação homogénea no território. Antes pelo contrário, como acontece com outros fenómenos sociais, distribuem-se de forma irregular em todo o país.

E recordar neste contexto as imagens que construímos da interioridade e da litoralização; da construção das áreas metropolitanas e da persistência das regiões rurais; do crescimento das áreas urbanas e do alargamento das áreas despovoadas existentes no nosso território ajudam-nos a compreender que os valores acima referidos sofrem, eles também, de uma espacialização assimétrica que acompanha os demais desequilíbrios conhecidos na nossa sociedade.

Prosseguindo a nossa análise sobre as actividades económicas. Em 2001 metade da população com mais de 15 anos era considerada população activa (48%).

No seu conjunto a taxa de emprego era de 53.5%.

Embora de realce, a maior taxa de emprego registava-se em Lisboa, com 56.7% e no Norte com 54.4%. Contudo registavam-se grandes distorções verificando-se no Alentejo a taxa mais baixa: apenas 48%.

Muitas observações poderiam preencher este capítulo referente às condições de trabalho da população portuguesa. Aprofundá-las não cabe no âmbito desta comunicação. Por outro lado difícil se torna de as enumerar dada a evolução dinâmica do sistema de emprego e do próprio mercado de trabalho. Mesmo assim retemos apenas:

- em 2001 cerca de 60% da população empregada trabalhava no sector dos serviços, contra 51.6% em 1991;
- reduziu-se substancialmente a percentagem de activos nos outros sectores de actividade, nomeadamente na industria com 22.8% e sobretudo na agricultura, com menos de 10% da p.a.

Os dados anteriores dizem-nos bem, se acompanhados por outro tipo de análises sectoriais, que a terciarização das actividades económicas está em curso em Portugal. Destas salientamos as mais relevantes:

- o comércio e reparação de veículos automóveis;
- o alojamento e a restauração;
- os transportes e as comunicações;
- as actividades de serviços.

É certo que entre 1991 e 2001 a população total empregada cresceu 13.4%, com particular relevância para o aumento da ocupação das mulheres: 25%. Também aqui se registou um acréscimo da feminização do emprego sinal evidente da emancipação da mulher e do seu maior contributo na geração do Produto Nacional.

Tomemos atenção ao nível de instrução.

Em 2001 a percentagem de analfabetismo geral da população portuguesa, com o valor de 9%, foi inferior a 1991 quando atingia os 11%. E a nível espacial este analfabetismo reduziu-se mesmo em algumas regiões do país, como aconteceu no Alentejo e no Algarve. Lisboa foi a região do país com menor taxa de analfabetismo: apenas 5.7%.

Congratulamo-nos com a quebra destes valores. Contudo não esquecemos como é ainda significativo e elevado, embora não mencionado nas estatísticas oficiais, o analfabetismo funcional que afecta parte da população portuguesa sobretudo a mais idosa. Mesmo assim o total de indivíduos que não sabem ler nem escrever reduziu-se na sua totalidade em 20%.

Pelo contrário o número de indivíduos com qualificação académica subiu globalmente para 18.2%. E a feminização desta situação prova que este é um processo que está em curso na sociedade portuguesa uma vez que a maior percentagem de população com qualificação académica é a população feminina, cerca de 19.7%.

Assistimos no decurso das três últimas décadas a um processo crescente de democratização da sociedade portuguesa e do seu sistema educativo. Por isso não nos admira que a nível global a percentagem de indivíduos que frequentam ou atingiram o 1º ciclo do ensino básico tenha atingido os 35%; os que frequentam ou atingiram o ensino secundário, 15.7% e os que frequentam ou atingiram o nível de ensino superior, os 10.8%.

Estes são os valores que nos permitem uma imagem mais exacta do nível de instrução dos nossos compatriotas. Contudo não deixam de nos merecer algumas considerações.

Assim:

- constatamos como é reduzida a percentagem de população que frequenta o ensino secundário;
- constatação idêntica refere-se ao ensino superior.

Registamos igualmente que em 2001, 12.5% da população portuguesa não tinha atingido por completo nenhum grau de ensino. Esta constatação inquieta-nos. É que apesar do processo de democratização assente por um lado na melhoria das condições de acesso dos cidadãos aos equipamentos educativos, nomeadamente devido ao alargamento da rede escolar e, por outro lado, ao acréscimo de investimentos realizados contamos com um número ainda elevado de excluídos do nosso sistema educativo.

Os dados acima referidos podem ser apreciados em relação aos subsistemas do ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior. Contudo se atendermos agora só ao ensino superior, o que é responsável pela formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento do país, constatamos:

- entre 1991 e 2001 duplicou a proporção da população que completou o ensino superior;
- acentuou-se a feminização da população neste subsistema de ensino;
- registou-se um aumento real desta população em todas as regiões do país embora se tenha verificado ter sido a região de Lisboa a que verificou o maior aumento percentual, de 6.3%, entre 1991 e 2001.

Mais ainda, em 2001, 8.6% da população portuguesa com 21 e mais anos de idade tinha completado o ensino superior enquanto que em 1991 só 4% detinham este nível completo de ensino.

A feminização de algumas áreas de formação académica parece, também aqui, constituir-se uma constante da sociedade portuguesa sobretudo nas áreas de formação de professores, do comércio e administração, da saúde e das letras.

Não obstante o predomínio da população feminina nestas áreas específicas de formação a relação de masculinidade da população com 21 ou mais anos de idade com curso de ensino superior completo foi de 72 homens por cada 100 mulheres.

Uma palavra ainda sobre este tema. Quando olhamos para a distribuição desta população sentimos, aqui tanto como noutros sectores da sociedade portuguesa, os efeitos de uma acentuada “litoralização” por via da distribuição da rede de estabelecimentos de ensino superior, universitário e politécnico, nesta parte do território.

E para além desta dicotomia longitudinal verificamos que para além da importância nacional da grande Lisboa se destacam como centros de maior atracção estudantil, Porto e Coimbra. No restante território esta distribuição concentra-se especialmente em torno dos centros de maior extensão dos seus “campus” com especial relevância para o ensino universitário que concentra cerca de 2/3 do total da população que frequenta o ensino superior.

Os dados ora apresentados relacionados essencialmente com as condições de trabalho e as questões sociais não reflectem senão uma parcela pequena da realidade portuguesa contemporânea. Contudo esta visão parcelar e rápida da população, ainda que breve e incompleta, permite-nos destacar a necessidade de uma análise ampla, holística e global que atenda a todos os seus aspectos e realidades. São estes, afinal, os objectivos deste Seminário.